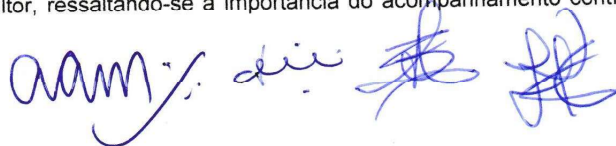


ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO IPREVI – 21/08/2026

Aos vinte e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 10h, teve início a 8ª Reunião Ordinária do Comitê de Investimentos do IPREVI, realizada na sede da Autarquia, localizada na Avenida dos Expedicionários, nº 301, Centro, Itatiaia/RJ, convocada por meio da Carta/COMINIPREVI nº 010/2026. Estiveram presentes os servidores Alessandra Arantes Marques, Isaltina Cássia da Silva Alvim Dias, Hudson Valério Marcílio de Oliveira, Edgar Soares de Aguiar e Ives Pereira Tavares, membros do Comitê de Investimentos – COMINIPREVI. A Diretora-Presidente, Sra. Alessandra Arantes Marques, iniciou a reunião saudando os presentes e, em seguida, passou à apreciação da pauta previamente agendada, composta pela apresentação da LEMA Consultoria de Investimentos, análise do cenário econômico, apresentação e análise do Relatório Geral de Investimentos e do Relatório de Risco e Enquadramentos, referentes à competência de julho de 2026, bem como deliberações acerca da aplicação dos novos recursos ingressados no IPREVI. Inicialmente, o consultor da LEMA Consultoria de Investimentos – Sr. Vitor Leitão, apresentou-se aos membros do Comitê, destacando tratar-se do primeiro contrato firmado entre a consultoria e o IPREVI, manifestando grande expectativa quanto ao desenvolvimento do trabalho conjunto. Ressaltou que o IPREVI possui uma carteira de investimentos bastante diversificada, distribuída entre diferentes segmentos, gestores e estratégias, estando, consequentemente, sujeita aos movimentos e oscilações dos mercados, o que reforça a importância do acompanhamento técnico contínuo. Na sequência, o consultor realizou explanação sobre o cenário econômico internacional e nacional, abordando os principais acontecimentos e seus reflexos sobre os investimentos, incluindo inflação, atividade econômica, petróleo, câmbio, mercado acionário e curva de juros. No cenário nacional, destacou a desaceleração do IPCA, que alcançou 4,44% em doze meses, retornando ao intervalo da meta, bem como a decisão do COPOM de reduzir a taxa Selic para 14,00% ao ano, mantendo postura de cautela diante das condições econômicas. Também foram apresentados os sinais de desaceleração da atividade econômica, com retração de 0,6% do IBC-Br em junho, além do comportamento dos principais índices e benchmarks de mercado. Foram ainda comentadas as condições da curva de juros e os diferentes desempenhos dos indicadores de mercado, destacando-se a necessidade de cautela na tomada de decisões e a importância da diversificação da carteira para mitigação dos riscos. O consultor esclareceu as dúvidas apresentadas pelos membros do Comitê acerca do cenário econômico e de seus possíveis impactos sobre os investimentos do Instituto. Em seguida, passou-se à análise do Relatório Geral de Investimentos, referente à competência de julho de 2026. O documento apresentou patrimônio previdenciário total de R\$ 401.311.975,46 (quatrocentos e um milhões, trezentos e onze mil, novecentos e setenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), sendo R\$ 400.846.757,04 (quatrocentos milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta e sete reais e quatro centavos) correspondentes aos recursos investidos e R\$ 465.218,42 (quatrocentos e sessenta e cinco mil, duzentos e dezoito reais e quarenta e dois centavos) referentes à disponibilidade financeira ainda não aplicada. Quanto à distribuição dos recursos investidos, verificou-se que a carteira estava composta por R\$ 244.238.586,66 (duzentos e quarenta e quatro milhões, duzentos e trinta e oito mil, quinhentos e oitenta e seis reais e sessenta e seis centavos) em Renda Fixa, correspondentes a 60,93% (sessenta vírgula noventa e três por cento); R\$ 100.899.270,03 (cem milhões, oitocentos e noventa e nove mil, duzentos e setenta reais e três centavos) em Renda Variável, correspondentes a 25,17% (vinte e cinco vírgula dezessete por cento); R\$ 36.988.709,71 (trinta e seis milhões, novecentos e oitenta e oito mil, setecentos e nove reais e setenta e um centavos) em investimentos estruturados, correspondentes a 9,23% (nove vírgula vinte e três por cento); R\$ 17.059.990,64 (dezessete milhões, cinquenta e nove mil, novecentos e noventa reais e sessenta e quatro centavos) em investimentos no exterior, correspondentes a 4,26% (quatro vírgula vinte e seis por cento); e R\$ 1.660.200,00 (um milhão, seiscentos e sessenta mil e duzentos reais) em Fundos Imobiliários, correspondentes a 0,41% (zero vírgula quarenta e um por cento). No tocante ao desempenho, a carteira apresentou rentabilidade de 1,28% (um vírgula vinte e oito por cento) no mês de julho, frente à meta de 0,52% (zero vírgula cinquenta e dois por cento), resultando em gap positivo de 0,76 ponto percentual. No acumulado do exercício, a rentabilidade alcançou 6,68% (seis vírgula sessenta e oito por cento), frente à meta acumulada de 6,75% (seis vírgula setenta e cinco por cento), representando diferença de -0,07 ponto percentual. O retorno financeiro obtido no mês foi de R\$ 5.060.044,96 (cinco milhões, sessenta mil, quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos). Na análise dos títulos públicos, verificou-se posição no montante de R\$ 37.844.429,96 (trinta e sete milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e nove reais e noventa e seis centavos), correspondente a 9,44% (nove vírgula quarenta e quatro por cento) da carteira. Na sequência, durante a análise do Relatório de Risco de Mercado, foram avaliados os principais indicadores de risco e desempenho da carteira. O Value at Risk – VaR, calculado com base nas observações dos últimos 252 dias úteis e nível de confiança de 95%, apresentou 3,17% no mês e 10,97% em doze meses, indicando, segundo a metodologia do relatório, uma estimativa de perda máxima de 10,97% em um dia, nas condições observadas no período. A volatilidade foi de 1,52% no mês e 6,31% em doze meses. O índice de Treynor apresentou 0,04 no mês e -1,98 em doze meses, enquanto o Drawdown foi de 0,51% no mês e 1,17% em doze meses. O índice de Sharpe apresentou 0,19 no mês e -0,72 em doze meses. Os indicadores foram apresentados e esclarecidos pelo consultor, ressaltando-se a importância do acompanhamento contínuo dos



riscos de mercado e da relação risco-retorno dos ativos que compõem a carteira. Após avaliação do cenário e da composição dos investimentos, o consultor da LEMA informou que, neste momento, não recomenda alterações relevantes na carteira, considerando a diversificação existente e as condições de mercado, ressaltando a possibilidade de aquisição de títulos públicos, a ser avaliada de acordo com as oportunidades e condições de mercado. Na oportunidade, foi informado ao consultor o ingresso de aproximadamente R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), oriundos do vencimento de títulos públicos e dos repasses de contribuições previdenciárias. Após análise, foi orientado que os recursos permaneçam, inicialmente, aplicados no fundo atualmente utilizado pelo IPREVI, até a realização do estudo de ALM – Asset Liability Management, que permitirá avaliar a compatibilidade entre os ativos, os compromissos futuros e o fluxo do passivo previdenciário. Posteriormente, a consultoria apresentará ao Comitê retorno técnico acerca da melhor destinação dos recursos e das oportunidades de aquisição de títulos públicos. Ficou autorizada a aplicação dos novos recursos ingressados no IPREVI, quando da definição de sua destinação, prioritariamente em fundos referenciados ao CDI, IRF-M e IRF-M 1, observadas as condições de mercado, os limites estabelecidos pela legislação vigente, a Política Anual de Investimentos e as orientações técnicas da consultoria, buscando-se adequada relação entre liquidez, segurança, rentabilidade e risco. Ficou aprovada, ainda, a emissão de Autorizações de Aplicação e Resgate – APRs, durante os meses de agosto e setembro de 2026, até o limite de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais), para as movimentações necessárias ao custeio das despesas previdenciárias e administrativas da Autarquia, observados os limites legais, orçamentários e financeiros aplicáveis. O consultor da LEMA também apresentou aos membros do Comitê a operacionalização do Sistema UNO, esclarecendo suas funcionalidades e os procedimentos para acompanhamento das informações relativas aos investimentos. Na oportunidade, foram respondidas as dúvidas dos presentes acerca da utilização do sistema, do cenário econômico, dos investimentos e dos riscos associados à carteira. Após as explicações e discussões, os membros do Comitê deliberaram pela manutenção da estratégia atual da carteira, sem alterações relevantes neste momento, permanecendo em avaliação a oportunidade de aquisição de títulos públicos. Ficou igualmente registrado que os novos recursos, no montante aproximado de R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), permanecerão provisoriamente alocados até a conclusão do estudo de ALM e posterior manifestação técnica da LEMA. Por fim, após análise e discussão, foram aprovados pelos membros presentes o Relatório Geral de Investimentos, o Relatório de Risco e os demonstrativos de enquadramento referentes à competência de julho de 2026, considerando as informações apresentadas e as deliberações realizadas nesta reunião, em conformidade com as diretrizes da Política Anual de Investimentos e com a Resolução CMN nº 5.272/2025, sem prejuízo do acompanhamento e das providências necessárias quanto aos apontamentos de enquadramento constantes dos relatórios. Todos os membros presentes manifestaram-se favoravelmente às matérias submetidas à apreciação do Comitê. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pela Sra. Alessandra Arantes Marques. Lavrou-se a presente ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros presentes.

Edgar Soares de Aguiar, Sra. Tereza, Sra. Silene Abreu de Aguiar, Alessandra Arantes Marques,